



## PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

### Ata da 105ª reunião, realizada em 23 de março de 2017

1 Em 23 de março de 2017, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho  
2 Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da Secretaria de Estado de  
3 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte,  
4 Minas Gerais. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o  
5 presidente Jairo José Isaac, secretário de Estado de Meio Ambiente e  
6 Desenvolvimento Sustentável, e a presidente suplente Maria de Fátima Chagas  
7 Dias Coelho. Representantes do poder público estadual: Leonardo Carvalho  
8 Ladeira, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Luciano  
9 Vasconcelos Trindade, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e  
10 Abastecimento (Seapa); Euler Darlan Neves, da Secretaria de Estado de  
11 Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes);  
12 Matheus Valle de Carvalho e Oliveira, da Agência Reguladora de Serviços de  
13 Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais  
14 (Arsae); Marina Imaculada Ferreira Caldeira, da Secretaria de Estado de Saúde  
15 (SES); Ângelo Luiz Rezende, da Secretaria de Estado de Turismo (Setur); Márcia  
16 Isabel Chaves, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Pedro de Freitas  
17 Moreira, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda); Luciano  
18 José Alvarenga, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG).  
19 Representantes do poder público municipal: Weber Coutinho e Thaís Mol Vinhal,  
20 da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Eric Alves Machado e Divarci Antônio  
21 de Carvalho Júnior, da Prefeitura Municipal de Contagem; Jaqueline Flaviana de  
22 Santana, da Prefeitura Municipal de Betim (representantes dos municípios da  
23 Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco); Lorena Ferraz Souto, da Prefeitura  
24 Municipal de Almenara (representante dos municípios da Bacia Hidrográfica dos  
25 Rios Jequitinhonha e Pardo); Claudomiro Gomes Pereira e Max Miller Fernandes  
26 da Silva, da Prefeitura Municipal de São João do Manteninha (representantes dos  
27 municípios da Bacia Hidrográfica do Leste); Henrique de Freitas Santana, da  
28 Prefeitura Municipal de Viçosa; Daniel Martins Júnior e Raíssa Bottecchia Luna,  
29 da Prefeitura Municipal de Ipatinga (representantes dos municípios da Bacia  
30 Hidrográfica do Rio Doce); Agostinho Nardy Riolo, da Prefeitura Municipal de  
31 Lima Duarte / Antônio Carlos Vidal Barra, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba  
32 (representante dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul);  
33 Jaqueline Anterio de Moura, da Prefeitura Municipal de Unaí (representante dos  
34 municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba). Representantes dos  
35 usuários de recursos hídricos: Henrique da Silva Pizzo, da Companhia de  
36 Saneamento Municipal de Juiz de Fora (Cesama); Jean de Carvalho Breves, da  
37 Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig); Nelson Cunha Guimarães, da

38 Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Carlos Alberto Santos  
39 Oliveira, Ana Paula Bicalho de Mello e Guilherme da Silva Oliveira, da Federação  
40 da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Denise Bernardes  
41 Couto, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Irary  
42 Maria de Lourdes Braga, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Thiago  
43 Salles de Carvalho, da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa  
44 (Abragel); Douglas Ferreira Martins, do Sindicato da Indústria do Açúcar no  
45 Estado de Minas Gerais (Siamig); Leonardo Romano, da Associação Mineira dos  
46 Criadores de Tilápia; Pedro Luis Pereira Ribeiro, do Instituto Aço Brasil (IABr).  
47 Representantes de associações legalmente constituídas no Estado para  
48 proteção, conservação e melhoria do meio ambiente: Antônio Giacomini Ribeiro,  
49 da Associação para Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Marcus  
50 Vinícius Polignano, do Instituto Guaicuy – SOS Rio das Velhas; Maria Teresa  
51 Viana de Freitas Corujo, do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de  
52 Bacias Hidrográficas (Fonasc). Representantes de associações civis com efetiva  
53 atuação em recursos hídricos: Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira de  
54 Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Alírio Ferreira Mendes Júnior, do  
55 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea); Cíntia Ribeiro de Freitas,  
56 da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Carlos Alberto de Freitas, da  
57 Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas). Representantes de  
58 universidades, instituições de ensino ou centros de pesquisa sediados no Estado  
59 e com atuação nas áreas de ensino e pesquisa em recursos hídricos ou  
60 educação ambiental: Sylvio Luiz Andreozzi, da Universidade Federal de  
61 Uberlândia (UFU); Edson de Oliveira Vieira, do Instituto de Ciências Agrárias  
62 (ICA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Leonardo Campos de  
63 Assis, da Universidade de Uberaba (Uniube). **Assuntos em pauta. 1)**  
64 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2)**  
65 **ABERTURA.** O presidente Jairo José Isaac declarou aberta a 105ª reunião do  
66 Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e deu boas-vindas aos  
67 conselheiros. Em seguida, informou sobre a realização de eventos da Semana da  
68 Água e comentou sua visita ao Parque Estadual da Serra do Rola Moça. “Ontem,  
69 eu tive a oportunidade de comparecer ao Parque do Rola Moça. Evidentemente  
70 que têm surgido problemas, mas sempre com informações, e eu resolvi. Tinha  
71 sido convidado também pela Dalce (Maria Dalce Ricas, da Associação Mineira de  
72 Defesa do Ambiente), cheguei um pouco antes, conversei durante bastante  
73 tempo e vi as dificuldades e algumas coisas que eu gostaria de numerar, pelo  
74 que vi e pela minha preocupação. Conversando com o nosso companheiro que  
75 está lá à frente do parque há quatro anos, eu pude observar a grande dificuldade  
76 que ele tem, talvez por falta de estrutura nossa, do nosso Sisema. Não só do IEF,  
77 mas da própria SEMAD e dos órgãos ambientais, o IGAM e a FEAM. É o  
78 Sistema. Se tem dificuldade em alguma unidade nossa, não interessa que seja a,  
79 b ou c, mas nós temos que saber identificar. Eu ouvi, com muita atenção, as  
80 colocações dele e a preocupação com o que acontece com aquele parque, o que

81 vem acontecendo, com incêndios criminosos permanentes, invasões e ameaças  
82 de toda natureza. E pura e simplesmente as coisas estão acontecendo, vão  
83 acontecendo, são colocadas de maneira superficial, sem profundidade. Eu não  
84 tinha conhecimento disso e não fiquei satisfeito com o que vi. Se está  
85 acontecendo aqui ao nosso lado, no parque ao nosso lado, na nossa capital, eu  
86 imagino que está acontecendo nos outros parques do Estado. É lamentável.  
87 Como nós estamos falando em um ambiente de pessoas envolvidas nessa área,  
88 especificamente, de recursos hídricos, e vocês são conselheiros, são informados  
89 e portadores até de determinadas colocações para, inclusive, o próprio secretário  
90 e a minha colega, esse assunto tem que ser falado, tem que ser tocado com  
91 muita oportunidade. E hoje, mais do que nunca, sendo um dia seguinte à  
92 comemoração do Dia das Águas, eu achei oportuno registrar isso. Estou  
93 preocupado, não gostei do que ouvi, tenho que processar isso, entender junto  
94 com meus colegas, para ver qual providência, com toda a dificuldade que temos.  
95 A nossa dificuldade não é de pessoas só, é dificuldade de toda natureza, de  
96 recursos financeiros e outros recursos, de demandas, inclusive, que esses  
97 parques fazem às nossas direções e não têm sido contempladas, não têm sido  
98 atendidas. Então, são pessoas que ficam à mercê da própria sorte e da sua  
99 competência. Especificamente, o que eu vi foram ameaça às nascentes de Belo  
100 Horizonte e dificuldade com o que acontece e o que pode vir a acontecer. Com  
101 toda a advertência que temos recebido dos órgãos ambientais, como se não  
102 bastassem os nossos, ainda vem a ONU publicar, ontem, no Dia da Águas,  
103 avaliando uma projeção de 18 anos para uma possível crise hídrica, um impacto  
104 em torno de 405% de aumento de possibilidade. Deu um prazo de que em 18  
105 anos, se algo não for feito, se nós não tivermos a competência de fazer alguma  
106 coisa, nós, em Minas Gerais, caixa d'água deste país, vamos sofrer  
107 consequências da dificuldade da manutenção dos mananciais e de fornecimento  
108 da água, esse produto indispensável para a vida do ser humano. Então, é  
109 oportuno aproveitar a presença de todos, além dos novos conselheiros, os  
110 antigos que estão aqui, que são muito atuantes. De todos os conselheiros, em  
111 muitas oportunidades, eu tenho recebido cobranças, recebido informações, o que  
112 eu acho fundamental. Dentro do possível, eu estou anotando e verificando o que  
113 posso fazer, o que a Secretaria tem condição de fazer, coordenar, inclusive,  
114 usando vocês, conselheiros, para debater o problema, discutir, passar informação  
115 para a imprensa e que não tenhamos, realmente, receio nenhum de colocar  
116 problema, de cobrar problema em uma reunião como esta. Eu gostaria de fazer  
117 essas observações aproveitando exatamente essa oportunidade um dia  
118 subsequente ao Dia da Água, um dia que nós devemos comemorar e, inclusive,  
119 dar graças a Deus que o Brasil ainda é um país favorecido. Vamos rezar para  
120 que tenhamos um pouquinho mais de responsabilidade com isso que está  
121 acontecendo e tenhamos, realmente, o poder de fiscalizar, acompanhar e  
122 monitorar para que não venha acontecer toda essa profecia maldita de que  
123 poderemos sofrer uma crise hídrica extensiva a todos os países, principalmente,

o Brasil, e nós mineiros também.” Em seguida, o secretário passou a condução dos trabalhos à presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Nós estamos na primeira reunião do Conselho Estadual, então, eu vou trazer aqui alguns slides sobre os cenários hídricos da região mais próxima de nós. Eu queria começar por uma situação muito recente, de anteontem. Recebemos uma foto do rio Piracicaba passando na cidade. As informações que chegaram em um primeiro momento nós queremos, inclusive, como Fonasc, demandar que sejam verificadas, porque, inclusive, em meados de 2016, já houve um impacto semelhante. A informação que chegou por alto é que foi uma outorga que o IGAM deu para a Samarco para drenar a água da barragem de rejeitos de Germano. Então, nós estamos demandando como Fonasc que se tenha um retorno do que está acontecendo. Porque, em setembro de 2016, inclusive, já teve uma correspondência com a área de fiscalização ambiental. Outra situação que tem a ver com essa nossa região, também muito recente, foi em dezembro. Houve acidente na Mina de Fábrica. Esse acidente levou várias autoridades a fazerem um sobrevoono dia 21 de dezembro. Esse sobrevo registrou, no âmbito hídrico, tanto impacto – depois eles foram a campo – na área da bacia do Velhas, na questão do córrego Das Almas e Mata Porcos, quanto cursos d’água no córrego do Pires, que é bacia do Paraopeba. Na sequência, nós tivemos, no dia 12 de março, um rompimento do rejeitoduto da Vale na mesma Mina de Fábrica, que gerou realmente esse tipo de impacto ao rio Itabirito, e está confirmado que chegou à Captação de Bela Fama. Em dezembro também, nós recebemos denúncia de Brumal. Uma comunidade, no entorno da mina de ouro da MSol / Jaguar Mining, foi surpreendida também com grande volume de sedimentos que chegaram à comunidade. Lembrando que é de lá que sai o terceiro mineroduto da Samarco, que já está pedindo nova outorga para retomada. Então, é um caso extremamente grave, secretário, essa questão da água do município de Santa Bárbara. Em Raposos, em outubro, nós tivemos – o CBH Velhas – que denunciar porque estavam retirando minério e sedimento do leito do rio das Velhas. Isso, inclusive, foi suspenso. Tinha sido suspenso em setembro pela própria SEMAD. Foi cancelada. Era uma Autorização Ambiental de Funcionamento para minerar ouro no leito do rio das Velhas por mais de 100 km. Foi cancelado, mas em outubro às máquinas estavam lá. Esse assunto já está encaminhado às autoridades. E nos preocupa porque, quando eu pesquisei, recentemente, esse DNPM, tem movimentação, inclusive, transferindo a cessão dos direitos minerários e tem movimentação, inclusive, já agora em 2017. Ou seja, é um assunto muito grave que nós estamos requerendo, como Fonasc, que seja acompanhado. Porque não há sentido, no rio das Velhas, se licenciar qualquer mineração no próprio leito do rio, mineração de ouro. Então, esse assunto é a nossa segunda solicitação. Nós estamos diante de um outro fato que é grave, que tem a ver com recursos hídricos do Paraopeba, que foi a barragem de rejeitos Casa de Pedra, de Congonhas. Ela lá em cima, e os bairros. Para

167 essa barragem de rejeitos foi solicitado pela Supram um estudo de dam break  
168 para se saber o que acontece em caso de rompimento. Chegaria a Jeceaba. Mas  
169 da forma como foi tratado na reunião da Câmara da Atividades Minerárias, no dia  
170 24 de fevereiro, foi dada a Licença de Operação. Na realidade, já está terminando  
171 a operação, porque ela operava com uma autorização provisória. Então, no caso,  
172 essa barragem atingiria essa quantidade enorme, mais de mil edificações em  
173 Congonhas. Mas, no caso da questão hídrica, ela coloca em risco a confluência  
174 do rio Maranhão, que é um dos afluentes do Paraopeba. E o mais inacreditável é  
175 que esse dam break, secretário, foi como se essa barragem fosse de água e não  
176 de rejeito de minério. E, apesar de o Ministério Público ter feito questionamento,  
177 apesar de eu ter feito, como Fonasc, isso foi licenciado com o dam break  
178 colocado pelo empreendedor como se água, dizendo que funciona, que é pior do  
179 que rejeito. Só que nós estamos vendo o que aconteceu no rio Doce. Se fosse só  
180 água, pelo menos, depois da tragédia, nós não teríamos o dano que tem o rio  
181 Doce hoje, com tanta lama. Então, é extremamente grave, secretário. O que está  
182 acontecendo no âmbito do licenciamento não está dialogando no âmbito hídrico,  
183 em que nós estamos todos aqui neste Conselho. Eu quis trazer cenários para  
184 mostrar, no início de um ano, como nós estamos diante de uma gravidade  
185 hídrica. Outra situação, agora no dia 20 também, secretário. Recebemos de  
186 Congonhas que o ribeirão Esmeril, que tem a ver com a drenagem do Dique  
187 Esmeril IV, vejam como estava no dia 26 de dezembro, sem chuva. E ele é um  
188 afluente direto do rio Paraopeba. Temos o que já foi falado pelo próprio  
189 secretário, a questão das nascentes, que tem a ver com Belo Horizonte. Então,  
190 estamos com dois grandes empreendimentos querendo se implantar no sinclinal  
191 Moeda, que são a Cersul e a Coca-Cola, que já está em operação, que tem todo  
192 um esquema de outorgas sendo questionadas. Em Brumadinho, estamos sendo  
193 surpreendidos com uma AAF dada agora em dezembro – Autorização Ambiental  
194 de Funcionamento – para uma mineração que nós ainda nem conhecemos, para  
195 um mineroduto de 5 km. Nós não conseguimos mais informações. Temos um  
196 cenário aqui, secretário, o quadrilátero chamado Ferrífero. Nós estamos aqui em  
197 Belo Horizonte, e ‘cada bolinha dessas é uma barragem de rejeitos’ ou dique de  
198 rejeitos. E nós dependemos, nessa região metropolitana, de dois únicos rios,  
199 bacias hidrográficas: a bacia do Velhas e a do rio Paraopeba. Nós já tivemos o  
200 rompimento, em 2014, da Herculano, e temos agora todos esses fatos que eu  
201 relatei antes. E nós estamos diante da possibilidade de mais trinta e poucas  
202 estruturas de rejeito a montante, quando tinha sido colocado pelo governo que  
203 não haveria mais barragens a montante. Estamos trabalhando no mapa das  
204 barragens via DNPM, através do Movimento pelas Serras e Águas de Minas.  
205 Estamos muito preocupados. Para o DNPM, secretário, no Brasil, tem dez  
206 estruturas que estão na maior classificação de risco. Algumas delas nós já  
207 conhecemos: Germano, Santarém, a própria Mundo. Nós já trouxemos aqui a  
208 questão da Mundo, em Rio Acima, muito perto de Bela Fama. Isso é  
209 preocupante, esse assunto vem sendo trazido aqui. E nós estamos surpreendidos

210 por esse dique que fica acima da Baleia, na área do Taquaril. Temos que  
211 demandar do DNPM. Se esse dique está entre as dez, nós temos nesse território  
212 seis de maior pelo DNPM, nós temos que ter muita atenção se isso está sendo  
213 bem acompanhando em termos de segurança, em termos de planos de  
214 emergência. Então, isso tem tudo a ver com água. Embora 'isso tem a ver com  
215 licenciamento e fiscalização', isso tem a ver com água, porque nós vimos o que  
216 aconteceu com o rompimento da barragem de Fundão. Então, nós quisemos  
217 trazer isso aqui. Por último, da Mundo eu já falei. Temos uma linha de  
218 transmissão que já recebeu LP, também agora em fevereiro. É uma linha de  
219 transmissão de alto porte, que começa em Itabirito e vai caminhando,  
220 precisamente, ao longo do leito do rio das Velhas. E tem várias questões graves  
221 nesse licenciamento. Nós estamos entrando com recurso, já informamos à Aneel.  
222 E temos uma novidade com que fomos surpreendidos em dezembro, nós temos  
223 outro problema. Temos o sinclinal Moeda, essa região tem muito sismo de  
224 pequena magnitude. É uma coisa nova, nenhum de nós ainda sabia. No  
225 rompimento de Mariana, não foi o sismo, mas foi uma questão do sismo em abril  
226 que gerou o rompimento em setembro. No rompimento de Fundão, que é uma  
227 área que também tem muitos sismos de pequena magnitude. A área tem uma  
228 falha geológica, que é a falha de Fundão, precisamente, onde estão as estruturas  
229 Germano, Santarém e Fundão. Então, o que está no relatório internacional é de  
230 que na barragem de Fundão o gatilho por rompimento de uma estrutura em  
231 colapso foi um sismo de pequena magnitude, o que para nós sinaliza que  
232 estamos em um território muito frágil e, qualquer novo incidente ou qualquer nova  
233 situação, nós estamos diante de um colapso de abastecimento hídrico. E um  
234 assunto que, no caso, não dá para ir adiante é a questão das outorgas. Uma  
235 única outorga, válida até julho, para uma única empresa, equivalente a 165 mil  
236 pessoas/dia, no rio Itabirito. E um exemplo de uma outorga subterrânea em  
237 Brumadinho, equivalente ao abastecimento de 150 mil pessoas/dia. Então, esse é  
238 o cenário hídrico, e nem falei ainda do Norte, do Jequitinhonha. Então, nós  
239 estamos, realmente, diante de uma situação muito grave.” Presidente suplente  
240 Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “Só uma retificação: o IGAM não emitiu  
241 outorga para a Samarco. Nós fazemos emissão de outorgas coletivas, e as  
242 outorgas vão ser feitas pelo IGAM, mas ainda estamos em processo de transição.  
243 Foi feito pela Supram. É do Sistema de Meio Ambiente, mas não foi o IGAM que  
244 emitiu a outorga.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Questão de  
245 ordem. Então, no caso, a SEMAD, diante da legislação anterior, ainda está  
246 podendo dar outorga?” Presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias  
247 Coelho: “Sim. Com a Lei 21.972, essa atribuição passa ao IGAM, mas a lei ainda  
248 não foi regulamentada. O nosso regulamento está na Secretaria de Planejamento  
249 e será encaminhado para a Casa Civil. Quando precisamos, como somos poder  
250 outorgante, nós podemos dar outorga também. Agora, essa, especificamente, foi  
251 o Sistema de Meio Ambiente, mas não, especificamente, do IGAM, não passou  
252 pela nossa análise técnica.” Conselheiro Marcus Vinícius Polignano: “Secretário,

253 eu fico satisfeito que o senhor, mais uma vez, voltou ao sinclinal Moeda para ver  
254 o tamanho do problema que nós temos. E essa questão que o senhor está  
255 colocando como a possibilidade de uma tragédia anunciada, com certeza, o será  
256 se continuarmos fazendo tudo que estamos fazendo. Ontem, teve uma reunião  
257 em Brasília. Foram convocados vários Comitês, ONGs brasileiros para discutir o  
258 problema da água no mundo. E eu só vou dar o título do que está aqui colocado.  
259 'Relatório mundial das Nações Unidas para desenvolvimento dos recursos  
260 hídricos. Água residual, recurso inexplorado'. Isso dá a dimensão do buraco que  
261 nós temos. Eu já alertei aqui, o Alto Velhas tem mais outorga do que entrega. Nós  
262 temos 16 m<sup>3</sup> outorgados por uma outorga de 10 m<sup>3</sup>. E tem a Cersul em uma área  
263 que é de abastecimento, de jogar a água para a bacia do Paraopeba e Velhas. E  
264 aí se pergunta: qual é o futuro disso? Aí, secretário, volto a insistir, se não  
265 fizermos uma integração de gestão entre licenciamento ambiental... A Cersul está  
266 sendo licenciada sem outorga. Pasmem os senhores. São 150 mil, e não existe a  
267 outorga. Existe o documento de uma empresa privada, que não tem outorga,  
268 dizendo que vai fornecer uma água que ela não tem. Isso é um descalabro,  
269 secretário. Eu estou dizendo que se continuarmos nessa loucura, insana, que  
270 estamos fazendo, eu não digo que nós estamos programando essa tragédia, mas  
271 estamos sinalizando na direção dela. Se a ONU fala que o futuro está em tratar a  
272 água residual, e aqui fala que os países da Europa já tratam, inclusive, 70%, nós  
273 não podemos nos dar ao luxo. Quando a Teca fala... Sabe qual é o problema das  
274 nossas barragens? Primeiro, as barragens estão todas assentadas em áreas de  
275 cabeceira. Quando uma barragem dessa rompe, sabe o que ela faz? Ela estraga  
276 a nossa água mais limpa que tem. A recente da Vale, agora, veio e pegou o  
277 ribeirão Mata Porcos, uma água que você poderia pegar e tomar, e transformou,  
278 mais uma vez, em uma lama. E é lamentável – uma questão que eu acho que  
279 nós temos que discutir – que depois de Mariana, secretário, nós não mudamos  
280 uma vírgula em relação ao licenciamento de barramentos, nós não aprendemos a  
281 lição, secretário. Eu sei da pessoa, e o senhor já me transmitiu, com muito zelo, a  
282 visão pública que tem. Aqui eu estou falando republicanamente, a minha crítica  
283 não é pessoal a esse ou àquele governo, porque todos que estavam também  
284 contribuíram com o processo. Mas ou revisamos o processo, secretário, ou isso é  
285 treinamento para grandes rompimentos. Nós vamos treinando um rompimento  
286 pequeno hoje, um amanhã. Imagine se um desses barramentos estoure em Bela  
287 Fama. Quais seriam o tamanho de uma tragédia dessa e o alcance disso? Então,  
288 a pergunta é: se ocorrem pequenos, por que os grandes não poderão ocorrer?  
289 Assim foi com Mariana. E Mariana não estourou de uma vez. Então, me preocupa  
290 muito, secretário, e aqui eu quero fazer um apelo, não em meu nome, em nome  
291 da sociedade. Porque eu acho que a sociedade merece o compromisso – e aqui  
292 não tem como fugir dessa data do Dia da Água – de que a água é um bem  
293 público, coletivo e que tem que ser respeitado. Nós ficamos horrorizados com  
294 adulteração de carne, de salsicha, de linguiça. E a adulteração da água? É tão  
295 criminosa quanto. Nós estamos bebendo o quê? Resíduo de minério, resíduo de

296 esgoto? O povo não merece isso. Sete Lagoas pega água daqui, que sai depois  
297 de Belo Horizonte, eles não estão conseguindo tratar a nossa água porque o que  
298 sobra não é possível de tratamento. Nós temos um rio em que, depois que chega  
299 a metade do ano, é cianobactéria. Eu louvo aqui, tenho acompanhado o trabalho  
300 da Fátima, temos colaborado, temos associado. Esse trabalho que o IGAM faz  
301 aqui de levantamento é ótimo, mas isso tem que ter resultado. Nós não podemos  
302 a cada ano, simplesmente, comprovar que não mudamos. Eu acho que nós  
303 temos que fazer política pública séria. Então, é o meu apelo. Na verdade, eu pedi  
304 até esse assento aqui. Como o Fórum Mineiro não tem assento aqui, eu pedi  
305 esse assento, inclusive, para trazer alguns documentos do Fórum Mineiro, que  
306 representa 36 Comitês de Bacia. Primeiro, secretário, nós não vamos conseguir  
307 melhorar nada com contingenciamento de recursos. E nós mandamos ao  
308 governador e estou encaminhando ao senhor aqui. Por exemplo, o governo do  
309 Estado fez o Decreto 47.147, de 27/1/2017, que contingencia vários recursos da  
310 SEMAD. Eu estou até reforçando aquilo que deveria ser papel da SEMAD. Então,  
311 cortam 52% da FEAM, 35% do IEF, 70% do Fhidro. É muito difícil pensar que nós  
312 vamos fazer gestão sem recurso. Não vamos enganar. Então, encaminhamos  
313 esse documento ao governador, estou encaminhando aqui, quero que se registre  
314 em ata, e quero solicitar ao secretário para que leve ao governador que é inviável  
315 fazer gestão com contingenciamento. O segundo ponto: nós queremos e viemos  
316 apelar aqui a este Plenário, que é o plenário máximo em relação a recursos  
317 hídricos, a respeito do contingenciamento de recursos por parte do Estado. É  
318 inadmissível, e aqui nós queremos um posicionamento do Conselho Estadual de  
319 Recursos Hídricos, porque o que pudemos segurar nós seguramos, mas é  
320 impossível fazer contingenciamento com mais de um ano de atraso. O governo  
321 está fazendo um processo que nós já discutimos. É ilegal, indevido, inadequado.  
322 Com isso, os Comitês estão ficando, efetivamente, sem recurso. Então, isso não  
323 diz também de um governo republicano, em que se respeita as leis e as  
324 instituições. Então, estamos encaminhando isso, queremos que seja pautado no  
325 Conselho e que o Conselho tome uma posição. Afina, este Conselho é para  
326 definir políticas públicas de recursos hídricos. E nós queremos deixar claro que o  
327 governo está contingenciando recursos que são da cobrança, não são do  
328 orçamento do governo, mas do repasse do que ele arrecada do ponto de vista da  
329 cobrança. E tem a questão das outorgas. Todos os Comitês estão,  
330 absolutamente, com outorgas acumuladas, e nós temos que achar uma solução  
331 para resolver esse problema das outorgas. Então, estamos encaminhando  
332 também documento para que se faça, realmente, um mutirão e se faça talvez até  
333 um grupo de trabalho, juntamente com o Fórum, para se discutir como resolver  
334 esse problema também dos Comitês de Bacia, das outorgas dos Comitês. Eu  
335 acho que essas coisas são fundamentais para que possamos transformar,  
336 realmente, a gestão dos recursos hídricos no Estado.” Conselheiro Matheus Valle  
337 de Carvalho e Oliveira: “Eu sou dá Arsae, Agência Reguladora de Água e Esgoto  
338 de Minas Gerais e queria fazer uma fala para trazer alguns elementos de

339 interesses deste Conselho. É outro registro das falas que tiveram até agora. A  
340 Arsae, como Agência Reguladora dos Serviços de Água e Esgoto de Minas  
341 Gerais, é o regulador dos prestadores estaduais e dos prestadores dos serviços  
342 municipais, da Copasa, da Copanor e dos prestadores dos serviços de  
343 municípios. O que eu queria trazer de informação para somar aos debates deste  
344 Conselho são duas ações que a Arsae está tendo neste ano que eu acho que vão  
345 corroborar as políticas de gestão de recursos hídricos. Um deles é o que nós  
346 estamos chamando de Agenda Regulatória. Basicamente, é a publicação, para a  
347 sociedade, para os interessados no setor, de itens que vão ser discutidos pela  
348 agência reguladora ao longo do ano. Isso está divulgado no site da agência, tem  
349 uma série de itens. A finalidade é, basicamente, dar publicidade ao que a  
350 agência está pensando discutir, obviamente, com a finalidade de antecipar, dar  
351 previsibilidade para as pessoas, os atores, os interessados para que participem  
352 nos momentos adequados. Entrando no site da agência, 'agenda regulatória', vai  
353 ter uma lista de itens que vão ser discutidos. Um dos itens que me ocorrem aqui  
354 que é de interesse deste Conselho é uma discussão que estamos fazendo.  
355 Inclusive, vai ter uma reunião técnica na Cidade Administrativa, no dia 30 deste  
356 mês, que é uma discussão sobre normas técnicas para prestação de serviço de  
357 esgotamento sanitário. Nós ainda não dispomos disso no Estado. No nosso  
358 entendimento, no Brasil, ainda não existe uma norma com esse teor focada,  
359 exclusivamente, na prestação de serviço de esgoto. Então, entendemos que está  
360 avançando, justamente, no sentido de construir políticas públicas para que os  
361 serviços sejam prestados de uma forma mais adequada. Então, eu convido os  
362 senhores a olharem o site da agência, e as senhoras também: Agenda  
363 Regulatória. E seguramente verão também outros itens de interesse. O segundo  
364 tema que eu queria trazer é talvez a mais importante das atribuições de uma  
365 agência reguladora. Pelo menos até hoje, do que nós fizemos, nós entendemos  
366 que é uma das coisas mais importantes: é a revisão tarifária da Copasa, o grande  
367 prestador que nós regulamos. Nesse momento, não definimos só uma nova tarifa,  
368 mas regras para a prestação do serviço. E é nesse sentido que estamos  
369 desenvolvendo trabalhos que entendemos que são inovadores, e, inclusive,  
370 várias pessoas deste Conselho, entidades representadas neste Conselho, têm  
371 participado dos debates e nos ajudado a construir as metodologias, enriquecido  
372 as discussões que estamos. Com relação à revisão tarifária, em linha ao que o  
373 Polignano comentou, nós também, como órgão do Estado, estamos tendo muita  
374 dificuldade de realizar os trabalhos. Estamos revisando todo o processo de  
375 construção das metodologias, que são extremamente complexas, com recursos  
376 próprios, com capital de pessoal nosso próprio, enquanto agências como a  
377 Adasa, de Brasília, ou a Arsesp, de São Paulo, contratam consultorias por  
378 milhões. E nós estamos fazendo tudo '0800', com um esforço tremendo, um  
379 processo extremamente complexo. Mas entendemos que está avançado. Dois  
380 temas que me parecem que são interesse deste foro, que estão na pauta da  
381 revisão tarifária. Inclusive, hoje pela manhã nós fizemos uma discussão no

382 BDMG, com presença da Fátima, com presença de colegas da Copasa. Um dos  
383 temas é a proteção de mananciais. Nós já incluímos na pauta da revisão o tema  
384 da proteção de mananciais, para que isso seja incorporado pela empresa, pela  
385 Copasa, e que isso vire uma atuação, uma política da própria Copasa, para  
386 proteger os mananciais de que ela aproveita. E o papel regulador seria  
387 acompanhar a execução desses trabalhos, do ponto de vista econômico. Um  
388 segundo tema, talvez o grande carro-chefe dessa revisão tarifária, é a  
389 preocupação da agência com a expansão do tratamento de esgoto. Nós estamos  
390 conscientes de que, realmente, esse é um grande desafio, talvez o grande  
391 desafio, não só em Minas Gerais, mas no Brasil como um todo. Nós  
392 negligenciamos esse serviço, então, para nós é muito importante incentivar o  
393 tratamento de esgoto. Eram esses temas que eu queria colocar. Espero a  
394 participação de todos e estamos na Arsae também à disposição para dialogar.”  
395 Conselheira Denise Bernardes Couto: “Inicialmente, comunicar que, nos dias 30 e  
396 31 de março, a Fiemg vai realizar o Seminário de Ciência e Tecnologia sobre  
397 Água e Produção, que até vai contar com a participação da Maria de Fátima  
398 como uma das expositoras e debatedoras do tema. Para quem quiser participar,  
399 as inscrições estão sendo feitas pelo site do Sympla: [www.sympla.com.br](http://www.sympla.com.br). O  
400 segundo ponto é um questionamento. Eu estava até conversando com o  
401 Polignano. Tem a ver com uma nota jurídica recebida, no caso do Comitê do  
402 Velhas, sobre a interpretação do Artigo 40 da DN CERH 52, que fala da  
403 adequação dos Comitês, do prazo de 180 dias que os Comitês têm para adequar  
404 os seus regimentos internos. Entendemos que o prazo tem que ser cumprido. Os  
405 Comitês, para fazer essa adequação, têm todo o procedimento de reelaboração  
406 do regimento, levar o regimento ao IGAM para que o IGAM se manifeste, e,  
407 posteriormente, pautá-lo nas reuniões plenárias. Entretanto, eu acho que não só  
408 o Velhas, mas outros Comitês também vão começar a passar por isso. Eu falo  
409 pelo Velhas, como representante da Fiemg na Câmara Técnica Institucional e  
410 Legal do Comitê, que trabalhou, ativamente, na revisão do regimento interno do  
411 Velhas. E também posso dizer por outros Comitês que vão ter essa dificuldade.  
412 Como o regimento, depois de reelaborado e enviado para o IGAM, precisa da  
413 manifestação do IGAM para ser pautado para aprovação em sua plenária, o fato  
414 de o IGAM deixar a manifestação sem ter um prazo para manifestação vai travar  
415 as pautas dos Comitês de Bacia. Todos eles não vão poder, enfim, deliberar os  
416 assuntos que são afetos às competências. Isso vai travar a pauta. Então, nós  
417 achamos, realmente, importante talvez fixar um prazo para o IGAM também se  
418 manifestar sobre essa questão dos regimes, para fazer a devolutiva ao Comitê, e  
419 o Comitê poder continuar com o procedimento de adequação do regimento  
420 interno, para poder levar à sua plenária à deliberação, e aí, sim, voltar a exercer  
421 as suas competências. A questão é que, se isso continuar parado, infelizmente,  
422 os próprios Comitês ficarão prejudicados também.” Rafael Toledo, procurador do  
423 IGAM: “A respeito do assunto que foi tratado, a interpretação que foi dada é,  
424 exclusivamente, baseada na DN 52 deste Conselho, que fixou prazo de 180 dias

425 para adequação dos regimentos internos. Então, o prazo estabelecido, que foi  
426 entendido como razoável, foi fixado por este mesmo Conselho, e isso tinha por  
427 base todo o trâmite que deveria ser submetido. Nós somos sensíveis às  
428 peculiaridades, porém o poder de alterar ou não esse mesmo prazo está nas  
429 mãos do Conselho.” Presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho:  
430 “Em outro momento, passaremos para a Clarissa esclarecer um pouco essa  
431 questão, porque vários Comitês já encaminharam seus processos, a maioria  
432 encaminhou. Então, não é uma realidade de todos os Comitês. Nós conhecemos  
433 as dificuldades, mas, pelo que a Clarissa está me passando aqui, o processo do  
434 Velhas já está bastante adiantado também.” Conselheiro Antônio Giacomini  
435 Ribeiro: “Comunicar a este Conselho que, no esforço para auxiliar a Supram  
436 Triângulo Mineiro para agilizar a análise dos processos de outorga, o CBH  
437 Araguari, juntamente com o Ministério Público e a própria Supram, está  
438 disponibilizando mão de obra e apoio técnico metodológico. Dos 9 mil processos  
439 que estão parados na Supram, cerca de 40% está na bacia do Araguari, e nós  
440 estamos lá disponibilizando alguns meios para agilizar esses processos. Então,  
441 os Comitês também não estão parados, nós estamos tentando buscar soluções.  
442 Nós temos uma reunião com o senhor secretário e com a Fátima agendada para  
443 segunda-feira para discutir a questão da metodologia que vai ser empregada.  
444 Então, comunicar ao Conselho que nós estamos tentando ajudar, da melhor  
445 maneira possível, o próprio Estado a resolver o problema.” Presidente Jairo José  
446 Isaac: “Eu gostaria de me manifestar a esse respeito porque, na verdade, é  
447 importante que os conselheiros saibam que, quando assumimos esta Secretaria,  
448 só o passivo de outorgas era de 25 mil processos, e só lá no Triângulo era de  
449 9.600; e aqui na capital, na Superintendência Metropolitana, 5 mil. Esse  
450 problema, que está gerando, geralmente, uma dificuldade muito grande, é  
451 cobrado pelo governador. Ele disse ‘resolva o problema’. Porque todas as  
452 possibilidades de viabilizar parcerias usando, inclusive, a própria Advocacia  
453 Geral, fracassaram. Nós ficamos dois meses procurando solução para costurar  
454 alguma forma de atacar, exclusivamente, o passivo de outorga. Perdemos dois  
455 meses, e, em uma reunião com ele, ele disse ‘não tem condição, vocês vão ter  
456 que assumir e resolver esse problema, o que não dá é conviver com esse tipo de  
457 coisa’. Eu calculo a situação, e o problema dele, como governador, é estar  
458 respondendo por uma Secretaria que está mantendo um passivo de 36 mil  
459 processos ao longo do tempo. Isso é uma coisa inconcebível. Isso está na pauta.  
460 Nós estamos em processo de mudança, de atualização. Isso vai ser focado com  
461 muita energia, e nós vamos ter que resolver.” Conselheiro Antônio Giacomini  
462 Ribeiro: “Senhor secretário, apesar de o próprio governador estar  
463 contingenciando os nossos recursos de cobrança, nós ainda temos boa vontade  
464 e vamos, com o pouco dinheiro que temos em caixa, tentar ajudá-lo. Porque os  
465 ganhos políticos, obviamente, depois que isso estiver resolvido, serão dele.”  
466 Presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “Deixando claro isso  
467 que o secretário está falando, a busca de alternativas, inclusive, a impossibilidade

de contratar parecerista, porque é um processo público, e tem que ser um servidor para emitir os pareceres. Nós já tentamos de toda forma. Isso é um posicionamento do próprio Ministério Público, a não possibilidade de contratar pareceristas ou pessoas que sejam externas ao Sistema. Então, nós temos essas limitações, mas, como o secretário falou, nós estamos atentos a isso e trabalhando nesse sentido. E vamos ouvi-los na segunda-feira, a reunião já está agendada, para discutir o tema específico do PN2.” Conselheira Irany Maria de Lourdes Braga: “Com iniciativa do Comitê de Bacia do Velhas, existe um grupo que faz o acompanhamento da disponibilidade de água no rio das Velhas, de forma a minimizar o possível impacto de escassez de água no futuro. E esse grupo conta com a participação da Cemig, Copasa, Vale e AngloGold. Dentro do trabalho, já visando ao futuro, a Cemig pede uma outorga no rio de Pedras, e essa outorga é para flexibilização, para disponibilidade dessa água, inclusive. Então, o que nós estamos pedindo é a avaliação do IGAM dessa outorga, com olhar na disponibilidade de água do Velhas, de forma que possa estar autorizada em tempo para esse período de seca que já está chegando.” Presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “Nós estamos analisando esse processo, internamente. Na verdade, é a vazão de efluente. A outorga existe, mas seria trabalhar na vazão de efluente. Conselheiro Leonardo Carvalho Ladeira: “Só esclarecendo para o Giacomini e o Polignano, esses ofícios chegaram para o governador, e nós estamos levantando as informações. Nós nos reunimos com a Fazenda, a Secretaria de Planejamento, IGAM, Secretaria de Meio Ambiente, e acredito que na semana que vem vai ter um retorno. Em relação à cobrança, nós estamos fazendo um cronograma de pagamento para a Fazenda, para conseguir liberar o financeiro. Eu estou com a esperança de que tenha uma boa notícia para quando isso vai ser acordado.” Presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “Nós já tínhamos conversado de dar uma notícia, de ter um cronograma, pelo menos.” Conselheiro Nelson Cunha Guimarães: “Só complementar a fala do Matheus, da Arsae, e colocar a Copasa à disposição deste Conselho para apresentar esse programa que a Copasa está desenvolvendo, no qual a Arsae hoje está se baseando, justamente, com relação a esse controle das ações de meio ambiente que a empresa possui, que vão ser regulamentadas pela agência. E pautar a apresentação do programa de mananciais aqui no Conselho. E, por fim, realmente, só reforçar a necessidade da agilidade da conclusão dos estudos com relação à flexibilização da vazão de efluente da barragem do rio de Pedras.” **4) EXAME DAS ATAS DA 103ª E 104ª REUNIÕES.** Aprovadas por unanimidade as atas da 103ª e 104ª reuniões do Plenário do CERH, realizadas nos dias 23 de novembro e 14 de dezembro de 2016, respectivamente. A ata da 103ª reunião foi aprovada com a seguinte ressalva: complementar com os esclarecimentos solicitados pela conselheira representante do Fonasc e prestados pelo IGAM no item 7, relativo a “Informações sobre outorgas por bacia hidrográfica.” Na ata da 103ª reunião, foram registradas abstenções de votos dos conselheiros representantes da

511 Secretaria de Estado de Saúde, Instituto Aço Brasil, Crea, UFMG e prefeituras.  
512 Na ata da 104ª reunião, foram registradas abstenções de votos dos conselheiros  
513 representantes do Crea, UFMG e prefeituras. **5) PROPOSTA DE AGENDA**  
514 **PARA AS REUNIÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**  
515 **- CERH/MG PARA O ANO DE 2017.** Aprovado por unanimidade o calendário do  
516 Plenário do CERH para o ano de 2017, com previsão de reuniões trimestrais nos  
517 dias 20 de abril, 20 de junho, 19 de setembro e 14 de dezembro, com a  
518 possibilidade de convocação de sessões extraordinárias. A conselheira Maria  
519 Teresa Viana de Freitas Corujo registrou requerimento para que seja pautada na  
520 reunião do dia 20 de abril uma apresentação, pelo Fonasc, de estudo sobre  
521 outorgas nas bacias dos rios das Velhas e Paraopeba. O conselheiro Marcus  
522 Vinícius Polignano reiterou solicitação para que na mesma sessão seja pautado  
523 item de informações e posicionamento do Plenário do CERH quanto ao  
524 contingenciamento de recursos do Sisema pelo governo do Estado. **6)**  
525 **INDICAÇÃO DE REPRESENTANTES DO CERH-MG, UM DO PODER PÚBLICO**  
526 **E UM DA SOCIEDADE CIVIL, PARA ATUAR JUNTO AO FÓRUM**  
527 **INTERCONSELHOS, DA SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS**  
528 **HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA.** O Plenário do CERH  
529 aprovou por unanimidade a indicação dos conselheiros Eric Alves Machado, da  
530 Prefeitura Municipal de Contagem, representante do poder público, e Antônio  
531 Giacomini Ribeiro, da Associação para Gestão Socioambiental do Triângulo  
532 Mineiro (Angá), representante da sociedade civil, como seus representantes no  
533 Fórum Interconselhos, da Secretaria de Estado de Direitos Humanos,  
534 Participação Social e Cidadania. Debates. Antes da indicação dos membros,  
535 Rômulo Magalhães Fernandes, representante da Secretaria de Estado de  
536 Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, fez exposição sobre o Fórum  
537 Interconselhos contextualizando sua trajetória, mecanismos de participação social  
538 e sua atuação, e destacou a importância como ferramenta para fortalecer a ação  
539 dos diversos conselhos estaduais, bem como suas pautas transversais. Após a  
540 apresentação, a conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo solicitou  
541 informações sobre os recursos utilizados no projeto e a fonte de despesas,  
542 considerando a situação atual de contenção de gastos na área de recursos  
543 hídricos e de contingenciamento de recursos do Sisema pelo governo do Estado.  
544 Rômulo Magalhães Fernandes informou que houve despesas com o seminário  
545 realizado no final de 2016, com a participação de mais de cem pessoas, gastos  
546 com servidores envolvidos, além do portal do programa Participe MG. O  
547 conselheiro Leonardo Carvalho Ladeira, representante da Seplag, esclareceu que  
548 não há previsão orçamentária para o programa e que existem apenas ações de  
549 articulação. Informou que, para a realização do seminário, foram obtidas  
550 parcerias que viabilizaram o local do evento e o fornecimento de lanches, sem a  
551 geração de custos para o Estado. Quanto ao portal, esclareceu que se trata de  
552 um programa de governo e que “não teve grande contratação de empresa, sendo  
553 que a maior parte foi desenvolvimento interno com equipes da Secretaria de

554 Direitos Humanos”. O conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro considerou  
555 fundamental a participação do CERH no Fórum Interconselhos, considerando a  
556 transversalidade das matérias tratadas e, inclusive, a participação dos Comitês  
557 de Bacias Hidrográficas, “que são conselhos de representação social na base”.  
558 “Então, é fundamental que nós possamos utilizar dessa estrutura que está sendo  
559 montada para também procurar dinamizar e apoiar mais os Comitês de Bacia do  
560 nosso Estado”. O conselheiro Leonardo Carvalho Ladeira também destacou a  
561 importância do Fórum Interconselhos e sugeriu que cada Comitê de Bacia  
562 Hidrográfica também tivesse acesso. **7) MAPA DA QUALIDADE DAS ÁGUAS.**  
563 **Apresentação: Diretoria de Planejamento e Regulação (DPRE)/IGAM.** Katiane  
564 Cristina de Brito Almeida, gerente de Monitoramento de Qualidade das  
565 Águas/IGAM, fez apresentação do mapa da qualidade das águas de Minas  
566 Gerais relativo ao ano base 2016 destacando que os principais objetivos do  
567 programa de monitoramento são “prover a sociedade de informações sobre a  
568 qualidade das águas e recursos hídricos, sua evolução ao longo do tempo e  
569 espaço, apoiando as estratégias e tomadas de decisões para a melhoria da  
570 qualidade ambiental e dos recursos hídricos no Estado, além de acompanhar e  
571 verificar a efetividade das ações de controle ambiental implementadas e propor  
572 prioridades de atuação”. Informou ainda que toda a apresentação foi  
573 disponibilizada em CD para os conselheiros e está disponível no site da SEMAD,  
574 e se colocou à disposição para eventuais esclarecimentos. Após a exposição,  
575 foram registrados os seguintes debates. Debates. A conselheira Cíntia Ribeiro de  
576 Freitas solicitou esclarecimentos sobre as coletas citadas de outubro de 2015 e  
577 abril de 2016, especificamente em relação ao ponto RD-19, “que aponta o rio  
578 Doce como bom em determinado momento”. Katiane Cristina de Brito  
579 Almeida/IGAM esclareceu que essa frequência de coleta se refere a águas  
580 subterrâneas e que o mapa trata de águas superficiais. Informou que, para o rio  
581 Doce, é feito monitoramento mensal, sendo que após o acidente com a barragem  
582 da Samarco, em Mariana, foram realizados monitoramentos diários. “O mapa  
583 retrata uma condição, fazemos uma média dos resultados. Quanto a esse RD-19,  
584 especificamente, fazemos a média das 12 campanhas que tivemos, e tem um  
585 trecho do rio Doce que é antes do represamento, em Rio Casca; depois da  
586 barragem, mas antes da represa de Candonga. É um trecho onde vimos a  
587 melhoria da qualidade das águas em função da própria represa que vem a  
588 jusante. Ocorre a sedimentação de alguns parâmetros, alguns contaminantes. E,  
589 basicamente, o que vimos no acidente foi a violação dos parâmetros,  
590 principalmente, ferro, alumínio e manganês. Os outros parâmetros monitorados  
591 atenderam à legislação, e esses, com certeza, não entram no cálculo da  
592 contaminação por tóxicos.” O conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro registrou a  
593 seguinte sugestão. “Vendo a bacia mineira do Paranaíba, nós temos 57 pontos  
594 amostrais abrangendo uma área de cerca de 66 mil km². Em números absolutos,  
595 até que é um número grande. E sabemos das dificuldades de se manter um  
596 sistema desse de coleta e análise. Mas, pela área e a importância da bacia, do

597 ponto de vista econômico para o Estado de Minas Gerais, nós estamos muito  
598 carentes. Eu sugiro que o ideal é que tivéssemos um ponto amostral para cada  
599 sub-bacia. Ali tem sub-bacias que, inclusive, têm dois pontos. Por exemplo,  
600 ribeirão Santa Juliana. Só nessa sub-bacia existe em torno de 15 mil hectares de  
601 área irrigada gerando emprego, renda, consumindo água e também degradando  
602 as águas. E também tem população colocando esgotos. Então, seria muito  
603 importante a possibilidade de darmos uma expandida na rede de observação lá.”  
604 O conselheiro questionou ainda se a rede de observação já está consolidada e se  
605 suporta ampliação, e informou que teria sugestões a dar em relação à região.  
606 Katiane Cristina de Brito Almeida/IGAM informou que existe uma rede  
607 consolidada, projetada para contemplar os impactos dos maiores centros  
608 urbanos, “que foi sendo alinhada ao longo dos anos para pegar importantes sub-  
609 bacias e exutórios”. “Como a área do Estado é imensa, o monitoramento é  
610 extremamente oneroso, ultimamente temos utilizado uma metodologia em  
611 conjunto com a ANA, que tem dado as diretrizes dos trechos do Estado que  
612 considera estratégicos do ponto de vista do impacto ambiental e da manutenção  
613 da boa qualidade da água, dos pontos de entrega, sobretudo, em divisas de  
614 Estados. E prevemos até 2020 a implantação de cem pontos de monitoramento.  
615 Então, com certeza, na bacia do Paranaíba, nós temos pontos de monitoramento  
616 a serem contemplados. Até 2020, nós vamos ter um calendário de  
617 estabelecimento de pontos. Quando chegar a vez do Paranaíba, nós podemos  
618 conversar com o Comitê para fazer o melhor ajuste.” O conselheiro Antônio  
619 Giacomini Ribeiro cobrou a apresentação de um parecer do IGAM quanto à  
620 possibilidade de utilização de recursos para a implantação de uma “rede de  
621 monitoramento cooperativa”, além da rede básica atual, “para se cobrir algumas  
622 lacunas no Estado”. A presidente suplente Maria de Fátima Chaga Dias Coelho  
623 reforçou as informações do IGAM. “Nós temos sistemáticas, tanto que  
624 começamos com duzentos e poucos pontos e hoje temos quase 600. Então,  
625 sistematicamente, temos ampliado essa rede, e estamos abertos a conversar,  
626 principalmente, nessa conexão em que temos definições conjuntas com a ANA  
627 de estabelecimento de metas de pontos quali e quantitativos. Com certeza,  
628 vamos absorver sugestões nessa ampliação. Agora, esse outro assunto, dos  
629 92,5, é outra coisa, não usamos desse recurso para pagamento da rede.”  
630 Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Eu falo em sinergia, e é justamente isso  
631 que está faltando. Nós temos objetivos comuns, tudo é a mesma história, tudo é  
632 monitoramento, tudo é qualidade de água. É inviável, inclusive, utilizar, por  
633 exemplo, recursos do Comitê para fazer um trabalho que já é feito, então, temos  
634 que entrar onde não é feito pelo Estado e adotar a mesma metodologia para que  
635 uma análise possa conversar com outra. Eu estou propondo a sinergia.”  
636 Presidente suplente Maria de Fátima Chaga Dias Coelho: “É possível, sim, e eu  
637 acho salutar. Nós temos informações de qualidade da água, inclusive, exigidas  
638 dentro dos processos de monitoramentos, de condicionantes ambientais. Nós  
639 temos uma rica rede de monitoramento de qualidade da água que pode ser

640 agregada, para serem feitas análises conjuntas.” Conselheira Maria Teresa Viana  
 641 de Freitas Corujo: “Já que a ANA é que estabelece diretrizes e prioridades, onde  
 642 podemos ter acesso a essa correspondência ou àquilo que acontece ao nível da  
 643 ANA que determina essas questões? Considerações com relação aos resultados,  
 644 nós enviaremos ao IGAM. Porque eu fiquei surpreendida com a região do  
 645 Gandarela, que conhecemos. Tem cursos d’água com classificações de  
 646 qualidade da água completamente diferentes do que vemos e convivemos. Tipo o  
 647 ribeirão da Prata estar como classe de qualidade de água ruim e, de repente,  
 648 outro curso d’água ali como classe de qualidade boa. Não condiz com o que está  
 649 no território. Eu sei que podem ter metodologias ou a forma como essas questões  
 650 são avaliadas, mas isso é muito grave. Eu já falei isso no CBH Velhas. Existe  
 651 uma tendência conceitual de se decidir licenciamentos e gestão de água a partir  
 652 de mapas e bases com um mapeamento desses. Se realmente houver falhas ou  
 653 questões técnicas equivocadas, isso é gravíssimo na atual situação hídrica em  
 654 que está Minas Gerais. Porque os gestores públicos, as pessoas, os prefeitos,  
 655 todos os entes vão tomar decisões baseados em bases erradas. Última pergunta:  
 656 onde podemos ter acesso às coordenadas, ou seja, a uma base georreferenciada  
 657 de onde estão essas estações em que foram coletadas todas essas amostras?”  
 658 Katiane Cristina de Brito Almeida/IGAM: “Todas as informações estão no site do  
 659 IGAM, no Portal InfoHidro. Em relação à qualidade técnica das informações, eu  
 660 posso afirmar que é a melhor possível. O IGAM participa de uma rede  
 661 metrológica nacional, e o laboratório que contratamos é um dos melhores do  
 662 Brasil, aprovado em estágio de proficiência feito em conjunto com a ANA. Nós  
 663 temos que ter em mente que estamos falando de um resultado de 2016. Tivemos  
 664 um período de chuvas agora que realmente muda o contexto. E temos que ver  
 665 que são indicadores baseados em determinados parâmetros. Por exemplo, foi a  
 666 turbidez que fez com que a média ficasse muito ruim? Pode ser um rio que não  
 667 tem problema de esgoto, mas tem problema de margens, de mata ciliar, que,  
 668 quando chove, escoar tudo para dentro do rio. Então, é tudo muito pontual. É claro  
 669 que, quando trazemos um mapa de qualidade das águas, infelizmente, não  
 670 conseguimos trazer a informação fina, porque não dá tempo. Mas estamos  
 671 abertos, inclusive, para conversar pessoalmente. A equipe técnica está toda  
 672 aberta, o nosso banco de dados é público e está lá para qualquer pessoa que  
 673 demande qualquer resultado, fora os que já estão no portal e que atualizamos  
 674 trimestralmente. As coordenadas já estão lá, mas podemos enviar também de  
 675 determinada região que se tenha interesse. Os laudos assinados pelo laboratório  
 676 também podem ser verificados, e podemos disponibilizar.” Conselheira Irany  
 677 Maria de Lourdes Braga: “Eu só queria saber o seguinte. Você disse que para os  
 678 dados do Doce se pega a média do ano. E com relação aos demais? Pega o pior  
 679 resultado ou a média dos quatro resultados analisados?” Katiane Cristina de Brito  
 680 Almeida/IGAM: “Nesse mapa, apresentamos só dois indicadores. Para o IQA,  
 681 fazemos uma média dos 12 meses. Quando é mensal, fazemos a média. Quando  
 682 é bimestral, fazemos a média dos quatro dados. Já para a contaminação por

683 tóxicos nós usamos a pior condição, pois não dá para se fazer uma média.”  
684 Conselheira Irany Maria de Lourdes Braga: “Os piores resultados acontecem no  
685 período chuvoso?” Katiane Cristina de Brito Almeida/IGAM: “Tem regiões que  
686 ‘sim’, mas onde vemos maior frequência de contaminação por tóxicos altos ela  
687 ocorre quase que no ano todo, sobretudo, no período de seca.” Conselheira Irany  
688 Maria de Lourdes Braga: “Mas existem contaminações maiores no período de  
689 chuva.” Katiane Cristina de Brito Almeida/IGAM: “Sim, mas nas áreas rurais. Por  
690 exemplo, na região metropolitana, no Paraopeba, estão bem consolidadas ao  
691 longo do ano.” Conselheira Marina Imaculada Ferreira Caldeira: “Eu gostaria de  
692 parabenizar pelo trabalho e ratificar a questão do controle de qualidade que é  
693 feito no monitoramento, porque o serviço público tem marcos legais que o obriga  
694 a realizar esse monitoramento com metodologias muito específicas, mas também  
695 com controle de qualidade muito assertivo. E nós temos essa experiência  
696 também envolvendo a qualidade da água tratada. Outra observação é que, em  
697 relação à espacialização, ela realmente deve ser utilizada como instrumento para  
698 a gestão. Nesse sentido, eu só gostaria de tirar uma dúvida. O que dita a  
699 frequência? Porque eu vi diferença entre alguns corpos hídricos. É um marco  
700 legal específico que dita essa frequência ou uma diretriz para o mapeamento da  
701 qualidade das águas no Estado?” Katiane Cristina de Brito Almeida/IGAM: “Como  
702 diretriz nacional, o que a ANA recomenda é a frequência, pelo menos, trimestral.  
703 É uma diretriz nacional do Programa Nacional de Qualidade de Águas. Agora, o  
704 mensal já é uma necessidade interna. Temos esses rios importantes para o  
705 Estado, que têm captação para abastecimento, e no rio Doce, mais do que  
706 nunca, agora teremos que realmente fazer um monitoramento com frequência  
707 maior justamente para acompanhar todo esse contexto depois do acidente.”  
708 Conselheira Marina Imaculada Ferreira Caldeira: “Me chamou atenção também a  
709 fala em relação a riscos à saúde. Em relação aos poços que foram evidenciados,  
710 aproximadamente 11% desses poços monitorados, eles são poços, na rotina do  
711 monitoramento, já regularizados em relação a outorga ou vocês fazem busca  
712 ativa independente de estar regularizado ou não? A finalidade é especificamente  
713 para consumo humano?” Maricene Paixão/IGAM: “Os poços, geralmente, são de  
714 usos outorgados. Mas existem surgências que também deram alguma  
715 contaminação. Inclusive, há alguns anos, tivemos contato com a Secretaria de  
716 Saúde, principalmente, sobre a rede do Norte, em que alguns parâmetros estão  
717 mais em desacordo, para atuarmos juntos.” Conselheiro Pedro de Freitas  
718 Moreira: “Estamos com um processo de discussão da diminuição de uso de  
719 agrotóxicos. Para essa pauta, eu queria saber se é possível diferenciar ou se  
720 nesse estudo vocês conseguem ver a origem da contaminação ou se tem alguma  
721 perspectiva de diferenciar esse tipo de contaminação por tipo de ação produtiva.  
722 Foi falado de forma genérica. Pela nossa prática, o impacto de agrotóxicos na  
723 agricultura familiar e nas comunidades é muito grande. Quando passam esse  
724 material para nós, precisamos fazer duas reflexões. A primeira é que o tom que  
725 passamos é muito suave, parece que tem 85% bons e 15% ruins. Não está bom,

726 nós estragamos 15% da água que era boa. Então, a forma com que dialogamos  
727 com a sociedade em um documento desse precisa refletir um pouco isso. O  
728 agrotóxico faz mal, o minério faz mal, então nós estamos passando um relatório  
729 de que 15% da água de Minas Gerais está contaminada. Isso representa em  
730 torno de 5 milhões de pessoas atingidas, se formos fazer uma regra de três  
731 simples. Esse tom em que conversamos precisa mudar um pouco, e nós  
732 precisamos entender. Não estou entrando na metodologia, entendendo que está  
733 tudo certo. E a segunda reflexão, que talvez seja da metodologia da reunião  
734 inteira, é que nesta reunião nós precisamos ter tempo para discutir a estratégia a  
735 partir dessas análises. Por exemplo, nós temos ações de minimização de  
736 impactos na Seda, Codemig e IEF que têm a ver com essa política geral de água.  
737 Quando vemos um mapa desses, precisamos ter um período e um tempo para  
738 discutir, que seja colocada a estratégia do Estado e nos deem a possibilidade de  
739 dialogar em torno disso. Ao pensar as próximas pautas, em vez de se colocar  
740 várias informações para nós, pensar como fazer isso. Nós da Secretaria de  
741 Desenvolvimento Agrário estamos abrindo diálogo com vários setores do meio  
742 ambiente para discutir agroecologia como instrumento de minimização de  
743 impacto, seja através do Fhidro, da Copasa, da Codemig, e isso não está  
744 alinhado. Talvez este seja um espaço onde possamos conversar e pelo menos  
745 entender o que os outros órgãos estão fazendo em torno disso. Então, a primeira  
746 preocupação seria conseguir entender qual é o impacto de qual tipo de produção  
747 nesse estudo. Para nós da agricultura familiar seria muito interessante conseguir  
748 entender o peso do agrotóxico nisso. E a outra seria o desdobramento a partir  
749 dessa análise, seja a partir da discussão do Fhidro, seja através de pautar a  
750 Seplag e tentar fazer esse esforço, para que consigamos, minimamente, dar  
751 conta desse esforço.” Presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho:  
752 “Esse é um relatório técnico de monitoramento. Evidentemente, cada entidade e  
753 cada órgão público e a sociedade civil têm que realmente induzir essas  
754 informações em função da sua própria pauta. São várias secretarias e entidades  
755 que dialogam com suas particularidades e suas formas de se articularem com  
756 esses resultados. Esse é o resultado de um monitoramento que tem indicativos,  
757 como foi mostrado, de possíveis fontes de poluição. Mas esse diálogo com cada  
758 ente eu acho que é específico de cada pasta. Não tem como trabalharmos na  
759 indicação do que a Saúde vai dialogar com a sociedade em relação a esses  
760 dados. É importante o que você falou, é preciso analisar a questão dos  
761 agrotóxicos, e tem indicadores que devem ser em função de poluição em  
762 agricultura. Então, é importante que cada um se apodere dessas informações  
763 para transmitir para o seu público, para a sociedade. Sobre discutirmos, nós  
764 devemos discutir, inclusive, dentro do governo mesmo, como trazer essas pautas,  
765 porque aqui é um conselho de políticas públicas, e são quatro reuniões por ano.  
766 Mas estamos abertos à indicação de pautas. Recebemos sugestões de pauta, é  
767 nosso dever, e é muito bom que isso aconteça, porque aí o Conselho vai fazer o  
768 seu papel de construção de políticas públicas e, principalmente, de integração. A

769 política de recursos hídricos não é só participativa, como também pressupõe essa  
770 integração entre as diversas políticas setoriais. E é importante que os nossos  
771 dados sejam utilizados e traduzidos dentro das atribuições de cada órgão.”  
772 Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Eu acho que o Pedro tocou em algumas  
773 questões que são fundamentais. Nós temos a apresentação de vários produtos  
774 aqui, e infelizmente o tempo é reduzido, inclusive, para refletir sobre esses  
775 produtos. E às vezes acabamos, inclusive, tocando em pontos que são  
776 impossível de serem verificados por causa, por exemplo, da escala do mapa, que  
777 não dá para aferir se esse ponto tal está naquele lugar que achamos que está.  
778 Esse é uma questão importantíssima, de podermos discutir a questão da política  
779 que determina o IGAM, que faz esse trabalho bem feito. Uma das questões que  
780 são complexas para determinarmos é a densidade de postos. A densidade de  
781 postos, a densidade de leituras, tem uma influência política. Foi a política que  
782 definiu que a leitura no rio Doce é mensal e que no resto do Estado é trimestral. E  
783 aqui também se faz política. Então, o Conselho também precisa ser ouvido na  
784 definição das áreas prioritárias de estabelecimento, até porque o IGAM, até pelo  
785 tamanho do Estado, não consegue saber onde tem que pôr um posto ou não. E  
786 às vezes a demanda local não é, necessariamente, a demanda técnica para  
787 informar a rede como um todo. Então, precisa ter esse diálogo, e talvez esse  
788 diálogo possa ocorrer aqui, que é um conselho representativo. Eu tenho alguns  
789 questionamentos muito pontuais. O IGAM tem algum posto automatizado? Eu sei  
790 que não para todos os parâmetros, porque isso é impossível, por causa da falta  
791 de coleta de informação. Mas algumas informações podem ser coletadas em  
792 tempo real. Existe algum ponto automatizado do IGAM?” Katiane Cristina de Brito  
793 Almeida/IGAM: “Atualmente, a rede automatizada está sendo fomentada pela  
794 ANA, em parceria com os Estados, para amparar a questão do rio Doce. Existe  
795 um programa de monitoramento, o PMQQS, quer foi pensado no âmbito das  
796 ações de recuperação do rio Doce, que prevê 22 estações automáticas. Estão  
797 para ser implantadas pela Fundação Renova ao longo deste ano, e as diretrizes  
798 foram dadas tanto pelo IGAM quanto pela ANA quanto pelo lema. Toda a  
799 metodologia, tecnologia, tudo foi repassado pelos órgãos gestores. A Regina  
800 (Pimenta, do IGAM) acompanhou, pessoalmente, a implantação dessas  
801 estações, e nós vamos ter essa primeira experiência. É muito caro. Algumas  
802 estações a ANA já tinha e vão ser aproveitadas. Foram cedidas para serem  
803 aproveitadas no contexto. E a Samarco vai adquirir as outras.” Conselheiro Sylvio  
804 Luiz Andreozzi: “Ou seja, fora da área de compensação feita pela empresa, não  
805 existe o projeto de implantação de estações automáticas, estão todas no Vale do  
806 Rio Doce.” Katiane Cristina de Brito Almeida/IGAM: “Tem as estações  
807 automáticas da Agência Nacional de Águas, que têm monitoramento específico  
808 deles. Acaba que, para a parte de qualidade de água, fica um pouco restrito,  
809 porque as sondas fazem a leitura de, no máximo, seis ou sete parâmetros. Acaba  
810 que o monitoramento convencional é mais completo, mais abrangente, não se  
811 limita tanto às questões operacionais da sonda de qualidade de água. Mas, sim,

812 existe, a ANA tem e, inclusive, divulga no seu site os dados.” Conselheiro Sylvio  
813 Luiz Andreozzi: “Existe algum estudo direto do IGAM entre a qualidade e a vazão  
814 no ponto de coleta?” Katiane Cristina de Brito Almeida/IGAM: “Ainda não. É o que  
815 se pretende com esse programa que a ANA contratou.” Conselheiro Sylvio Luiz  
816 Andreozzi: “Então, se infere que existem coletas em épocas de mais água e de  
817 menos água por causa da sazonalidade climática.” Katiane Cristina de Brito  
818 Almeida/IGAM: “Sim.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Mas não tem uma  
819 razão direta, não tem estudos para fazer uma relação numérica direta.” Katiane  
820 Cristina de Brito Almeida/IGAM: “Ainda não, mas já começamos a fazer a coleta  
821 de vazão, só que ainda precisamos de mais dados para termos uma informação  
822 mais consolidada. Porque a medição de vazão é semestral e exige um  
823 operacional muito mais complexo.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Existe  
824 alguma estação hidrométrica padrão em que é feita coleta de qualidade de  
825 água?” Katiane Cristina de Brito Almeida/IGAM: “Sim, o IGAM tem monitoramento  
826 fluviométrico.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Existe coleta de qualidade  
827 nessas estações?” Katiane Cristina de Brito Almeida/IGAM: “Em algumas, sim.”  
828 Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Para terminar, uma consideração e uma  
829 pergunta. O ponto de coleta explica a qualidade da água que tem lá, mas o que  
830 interfere na qualidade que tem lá é a área de contribuição. Vocês têm algum  
831 projeto de fazer o mapeamento espacial dessas áreas de coleta?” Katiane  
832 Cristina de Brito Almeida/IGAM: “Sim, inclusive, nós estamos uniformizando as  
833 bases. Inclusive, nós estamos passando a base de monitoramento toda para a  
834 base ottocodificada, que é a que a ANA trabalha. Nós pretendemos, sim, fazer os  
835 estudos de áreas de contribuição, mas é um desafio enorme, porque a área do  
836 Estado de Minas Gerais é muito grande e são diversificados fatores de pressão.  
837 Está na nossa meta fazer esse estudo de área de contribuição ponto a ponto  
838 identificando o que nós temos lá de carga contribuindo para cada ponto.”  
839 Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “A última colocação é um ponto que foi  
840 levantado, inclusive, na última reunião do Fórum Mineiro. Havia uma linha de  
841 financiamento dentro do Fhidro para postos de monitoramento que foi retirada do  
842 Fhidro. E isso, do ponto de vista, principalmente, dos Comitês de Bacia, que  
843 tinham acesso a esse projeto, seria contribuição dos Comitês de Bacia para  
844 ampliar a rede de monitoramento, de informação, do IGAM, a partir da nossa  
845 realidade, aquela que conhecemos na nossa bacia. Então, seria muito bem-vindo  
846 o retorno desse item de financiamento para o Fhidro. Eu não sei por que foi  
847 retirado.” Presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “Existe.  
848 Esse monitoramento não é bancado pela ANA totalmente. Grande parte são  
849 recursos do Fhidro, sim, da rede de monitoramento de qualidade da água.  
850 Realmente, até este ano, foi feito com recursos do Fhidro, tanto que nós  
851 submetemos ao Grupo Coordenador do Fhidro a rede, apresentamos os  
852 investimentos que são feitos.” **8) ATUAÇÃO DO IGAM NA CÂMARA TÉCNICA**  
853 **DE SEGURANÇA HÍDRICA E QUALIDADE DAS ÁGUAS / BACIA DO DOCE.**  
854 Regina Pimenta, da Diretoria de Planejamento e Regulação/IGAM,

855 complementou a apresentação do item anterior sobre o mapa da qualidade das  
856 águas, com foco em monitoramento emergencial na bacia do rio Doce após o  
857 rompimento da barragem da Samarco, em Mariana. Em seguida, expôs sobre a  
858 atuação do IGAM na Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade das  
859 Águas da Bacia do Rio Doce, criada no âmbito do Comitê Interfederativo.  
860 Debates. Após a exposição da representante do IGAM, foram registrados os  
861 debates, conforme transcrito a seguir. O conselheiro Edson de Oliveira Vieira  
862 questionou se no momento da coleta de amostra para análise de qualidade foi  
863 feita análise de vazão? Regina Pimenta/IGAM esclareceu que isso será feito no  
864 Programa de Monitoramento Quali-Quantitativo Sistemático (PMQQS). “Nós  
865 tivemos o mesmo procedimento no nosso mapa. Temos os parâmetros físico-  
866 químicos e vimos na mesma metodologia adotada pelo Cetec. Com a  
867 implantação do PMQQS, que começa em junho, nós vamos ter essa medição de  
868 vazão, e vai ser o monitoramento completo. Estão sendo instaladas estações  
869 automáticas e todo aquele monitoramento.” Presidente suplente Maria de Fátima  
870 Chaga Dias Coelho: “De toda forma, existe uma rede operada do CPRM, do  
871 sistema de alerta ao longo do rio Doce. Então, existem estações convencionais  
872 com essa possibilidade de correlacionar vazão com qualidade da água. Agora  
873 serão instaladas essas estações automáticas de qualidade da água e, dentro  
874 desse programa, o monitoramento de vazão simultâneo à coleta.” O conselheiro  
875 Edson de Oliveira Vieira indagou se foi feito algum levantamento da espessura do  
876 material sedimentado, em função do rompimento da barragem, e do tipo de  
877 material que está depositado. Regina Pimenta/IGAM: “No nosso relatório, nós  
878 temos análise de sedimentos. A espessura do sedimento varia. Tem locais, como  
879 próximo a Barra Longa, onde chegaram a 5 m de altura. E tem locais mais  
880 distantes onde foi sendo diluído e ficando nas encostas com uma camada mais  
881 fina. Varia com as áreas de remanso, áreas curvas, áreas onde o rio já estava  
882 assoreado.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Nós temos  
883 conversado e encontrado pessoas ao longo desse grave impacto, e realmente  
884 quando vemos a apresentação de relatórios, independentemente de terem uma  
885 qualidade ou terem tido toda uma dedicação, é como se estivéssemos lendo um  
886 conto de fadas relacionado com a realidade. Por exemplo, eu escutei do  
887 procurador doutor Edmundo, nesta semana, em uma reunião em que tratamos,  
888 precisamente, das questões ligadas à recuperação do rio Doce, que no nosso  
889 entendimento, como sociedade civil, é muito pouca, comparada com o impacto, e  
890 muito lerda, comparada com a agilidade com que a mineradora quer retomar as  
891 atividades. Mas ele, pessoalmente, inclusive, compartilhou que esteve em Barra  
892 Longa, a menos de um mês, e ficou estarecido porque a recuperação são  
893 grandes pedras ou grandes blocos de pedra sendo colocados nas beiradas do  
894 curso d’água, e que isso é o que está sendo feito e chamado de recuperação. E  
895 ele, que não é nem da área ambiental – ele é o procurador no âmbito da defesa  
896 dos direitos das comunidades –, com o pouco que conhece como cidadão, disse  
897 ‘mas que tipo de recuperação é essa?’, ‘o rio não era assim, as pessoas não vão

898 conseguir chegar mais ao rio'. Então, estão fazendo aquilo que fazem na cidade,  
899 que é encaixotar rios e pôr embaixo de viadutos, com grandes obras de  
900 engenharia? Está se permitindo a Fundação Renova todo esse trabalho, que  
901 deve ser um esforço de tempo e de recurso, mas quando vamos ao lugar a  
902 sensação é absurda. Que rio é esse que está sendo recuperado? Ele falou assim.  
903 As pessoas, antes, chegavam andando no rio, tinham acesso. Pedras,  
904 montanhas de pedras..." Regina Pimenta/IGAM: "Eu estive em Barra longa e  
905 acompanhei esse processo também. O plano de manejo e rejeito ainda não foi  
906 aprovado. Porém, em Barra Longa, como já estava próximo do período chuvoso,  
907 alguma coisa tinha que ser feita para contenção. A recuperação das casas de  
908 Barra Longa foi emergencial. Em todo esse manejo foi feita uma pavimentação e  
909 foram plantadas gramíneas que nós do meio ambiente falamos assim: "Não vai  
910 pegar." Eu fui lá em agosto, e as gramíneas estavam bem pequenininhas, bem  
911 sensíveis, com erosão. E qual foi a preocupação maior? Foi não criar uma nova  
912 onda de rejeito, porque tinha uma grande altura, uma espessura muito alta de  
913 rejeitos no entorno de Barra Longa. Se fôssemos entrar com a retirada mecânica,  
914 iríamos gerar outra onda. Então, o que foi feito, emergencial, foi essa  
915 pavimentação. Quando eu voltei, em novembro, as braquiárias, as gramíneas que  
916 eles plantaram já estavam com mais de 1 m de altura. Então, a reconstrução  
917 ambiental não é para voltar à coisa primitiva – nós não vamos conseguir isso –,  
918 mas para reabilitar na medida do possível, na emergência, para não ter o  
919 carreamento de outra onda no período chuvoso. Isso foi feito em Barra Longa  
920 como uma medida mitigadora emergencial. Quando chega lá, para quem não  
921 conhecia antes, está ambientalmente equilibrado, porque a água está correndo,  
922 sedimentou, cresceu uma matinha ciliar. Nós esperamos que a Câmara de  
923 Reposição Florestal consiga estabelecer espécies nativas ali. E a comunidade de  
924 Barra Longa se sentiu atendida. Como iria ficar com 1 tonelada de rejeitos ali,  
925 sem também ter acesso? Então, nós conversamos muito sobre o manejo de  
926 rejeito, onde vamos gerar outra onda, onde é possível entrar com escavadeira  
927 mecânica para retirar. O que nós queremos? Queremos fazer um escarcéu e tirar  
928 tudo ou nós queremos resolver isso de maneira um pouco mais racional? Eu  
929 acredito que a revitalização do rio Doce vai mais nesse sentido de reparação, e  
930 não de conseguir os parâmetros que eram primitivos lá atrás. Eu acho que temos  
931 que ser muito calmos nessa hora, pois em alguns lugares o rejeito não dá para  
932 ser retirado, não tem acesso, passa por dentro de mata. Não podemos fazer mais  
933 uma abertura na mata, por exemplo, para passar os caminhões, não podemos  
934 mais abalar os municípios com o peso dos caminhões da retirada de rejeitos,  
935 poeira, poluição do ar. São várias coisas que afetam a população, que não  
936 aguenta mais também. Então, temos que ser racionais nesses municípios em que  
937 conseguimos estabelecer o emergencial para ser feito." Conselheiro Eric Alves  
938 Machado: "Eric Machado, da Prefeitura de Contagem, Secretaria de Meio  
939 Ambiente, mas vou falar como coordenador da ONG Proteger. Como servidor  
940 público, como instituição, tem a burocracia, os dados normalmente apresentados

941 pelas empresas, pelos empreendimentos, e nós só fazemos análise dentro do  
942 escritório. Como coordenador de ONG, eu não aceito isso nunca. Temos que ir a  
943 campo questionar e nunca aproximar os nossos dados daquilo que a empresa  
944 quer escutar. Temos que aproximar dentro daquilo que a sociedade civil quer  
945 escutar e do que o meio ambiente precisa. Então, eu vou ser muito mais  
946 questionador aqui do que, simplesmente, poder público. Então, não temos nunca  
947 que aceitar os dados apresentados. Eu estou fazendo um projeto que se chama  
948 Contagem das Nascentes, e me impressiona tanto como o mapa não mostra a  
949 realidade nunca. Fala que tem só 300 nascentes, e tem mil e tantas nascentes.  
950 Então, os mapas, vamos parar de colocá-los como realidade, pois não são. O  
951 serviço público pode alegar falta de recursos, falta de tudo, mas ir a campo e ver  
952 a realidade é fundamental.” Regina Pimenta/IGAM: “Nós temos expedições  
953 mensais. Eu já fui várias vezes a todo o percurso, de Fundão até a foz. Já tem  
954 um sobrevoo marcado para o dia 31, e vamos fazer de Candonga até a área  
955 marinha, junto com o pessoal do lema e do Ibama. Eu estou presente em campo  
956 direto, virou uma batalha para mim também. Nós não aceitamos várias coisas.  
957 Nesse workshop de manejo de rejeitos, nós tivemos até um atrito com a  
958 Fundação Renova porque não é missão nossa escrever o plano de manejo de  
959 rejeitos, e eles queriam que nós praticamente escrevêssemos o plano e  
960 ditássemos todas as regras. Não, esse plano tem que ser consolidado, tem que  
961 ser escrito por eles. Nós vamos validar, nós vamos destrinchar de acordo com os  
962 nossos critérios, mas tem que vir deles. Então, tem várias ações acontecendo e  
963 vêm atropeladamente. São dez Câmaras Técnicas e tantas ações, tantas notas  
964 técnicas. E nós estamos interagindo com outras câmaras por causa disso, porque  
965 tudo tem relação com a água. E temos ido a campo, não só com o pessoal da  
966 Renova, mas com os técnicos das Câmaras Técnicas. E o que existe para os  
967 técnicos é uma vontade louca de fazer esse monitoramento e essa revitalização  
968 do rio Doce serem um exemplo para o país em termos de revitalização de bacias,  
969 porque não é mais falta de recurso. Então, nós estamos pedindo do bom e do  
970 melhor, da melhor qualidade, com agilidade, e estamos cobrando, realmente,  
971 porque não tem desculpa.” Conselheira Cíntia Ribeiro de Freitas: “Eu sou  
972 presidente da Comissão de Direito Ambiental da OAB e representante da OAB  
973 neste Conselho. Também sou coordenadora do Comitê de Cidadania e  
974 Conciliação da OAB para Mariana. Desde de março de 2016 que eu acompanho  
975 regularmente, fiz visitas de campo em Paracatu de Baixo, em Bento Rodrigues. O  
976 Comitê de Cidadania e Conciliação hoje conta com cooperação técnica e  
977 coordenação do professor José Claudio Junqueira, que foi presidente da FEAM, e  
978 de outros dez engenheiros ambientais. Mais do que questionar trabalho é colocar  
979 a Comissão da OAB e o Comitê de Cidadania à disposição do IGAM,  
980 especificamente, em relação a isso, porque nós estamos e vamos continuar a  
981 fazer esse acompanhamento de campo. Especificamente em relação ao que a  
982 Teresa disse da questão do que ela viu e ouviu em relação a Barra Longa, o  
983 professor José Claudio Junqueira me disse, a princípio, que essas pequenas

984 barragens de contenção seriam a única forma que existiria, tecnicamente, para  
985 fazer o desassoreamento do rio. Não existe possibilidade de fazer o  
986 desassoreamento do rio sem pequenas barragens de contenção, para que haja  
987 sedimentação desse material e depois a sua extração. Evidentemente que não  
988 existe nenhuma possibilidade – essa é a minha avaliação como advogada e não  
989 como técnica – de voltarmos ao status quo. Tem inúmeras críticas em relação a  
990 isso. O engenheiro Matheus Carvalho trabalha no laboratório de Áreas  
991 Biodegradadas da UFMG e disse que estavam constatando lá que estavam  
992 arrancando topo de morro para colocar em cima da lama para fazer a reparação  
993 ambiental. Então, o que está sendo utilizado, tudo isso tem que ser verificado  
994 com muito cuidado, para que também não tenhamos uma ‘reparação ambiental  
995 por Google Maps’, de cima se veja uma vegetação, se plante ‘alpiste’. Lá de cima  
996 está tudo verdinho. Então, a regeneração tem que ser a melhor possível. E o  
997 Comitê de Cidadania e Conciliação da OAB está à disposição do IGAM nessa  
998 empreitada.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Estão tentando  
999 fazer todo o melhor, mas, por exemplo, me assusta muito a velocidade com que a  
1000 Samarco está querendo a retomada. O Pimentel, na semana passada, afirmou  
1001 que vai ser já nos próximos meses.” Presidente Maria de Fátima Chagas Dias  
1002 Coelho: “Não tem nada certo ainda.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas  
1003 Corujo: “Tem essa informação, e nós vamos checar o que a Supram deu de  
1004 outorga para a Samarco, para pegar material de Germano e poder deixar descer  
1005 no rio Piracicaba. O que eu estou colocando é o seguinte. Nós já falamos isso, eu  
1006 aqui, e, em outras instâncias, outras pessoas. Não há como recuperar a bacia do  
1007 rio Doce se não tratar também de garantir as águas que ainda têm qualidade, as  
1008 águas que chegam por todos os afluentes, para contribuir com essa recuperação,  
1009 se isso não for imediatamente cuidado.” Regina Pimenta/IGAM: “A Zuleika  
1010 Torquetti é a coordenadora do Sisema, que pega IGAM, FEAM, IEF, os técnicos,  
1011 inclusive, o Ibama também. Nós vamos a campo, e tem um programa só dos  
1012 tributários. Então, todos os tributários foram mapeados, e existe o programa  
1013 específico para eles, porque nós também entendemos que esses tributários é que  
1014 vão realimentar o rio Doce.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo:  
1015 “Mas como isso está dialogando, o Comitê Interfederativo, o IGAM e todos esses  
1016 atores em relação, por exemplo, ao licenciamento? Que no caso continua dando  
1017 a rodo outorgas ou licenciando ou pretendendo licenciar. Independentemente de  
1018 que na nossa legislação esse absurdo continue, a decisão entre gestão de água  
1019 e licenciamento, no caso específico de uma tragédia desse porte, esse seria um  
1020 dos encaminhamentos prioritários, a nosso ver. Se já tem todos os afluentes,  
1021 todos os tributários ao longo da bacia que vão colaborar com essa recuperação,  
1022 isso deveria ser formalizado pelo IGAM, por todos os atores que quiserem fazer  
1023 isso, porque é a coisa certa; as Suprams, ainda mais agora que licenciamentos  
1024 de 1 a 4 são feitos por técnicos da Supram. Imaginem o tamanho da situação em  
1025 que estamos. Técnicos das Suprams licenciando empreendimentos de 1 a 4. O  
1026 que vai caber à sociedade é entrar com recurso e rezar para um dia ser pautado

1027 e votado contra. E nesse meio-tempo o empreendimento está se consolidando,  
1028 estão se criando o impacto e a situação. A vantagem que nós temos como  
1029 sociedade civil é não ter nenhuma amarra. Mesmo que as decisões continuem  
1030 sendo completamente equivocadas, nunca se vai dizer que não teve registrado  
1031 que teve uma sociedade coerente e olhando para essa tragédia da forma que tem  
1032 que ser e não da forma que uma Fundação Renova, que é dos próprios  
1033 criminosos. Está confirmado que são criminosos, tanto que estão respondendo a  
1034 uma ação penal por homicídio. Isso tudo, realmente, é muito dolorido. Para quem  
1035 está vendo da forma que é, isso é muito violento. Nós só damos conta porque  
1036 somos sonhadores. Sabemos que estamos fazendo uma história, mas é de uma  
1037 violência incalculável.” Regina Pimenta/IGAM: “Nós também sentimos da mesma  
1038 forma. Os técnicos da Supram Central estão conosco nas reuniões sobre manejo  
1039 de rejeito. Algumas atitudes da Câmara Técnica de Segurança. Em todas as  
1040 reuniões em que temos que pontuar outorga, licenciamento, seja o que for, a  
1041 Supram Central é chamada para alinharmos. Esse alinhamento também está  
1042 sendo feito.” **9) NOVO PORTAL DOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS  
1043 DE MINAS GERAIS. Apresentação: Diretoria de Gestão e Apoio ao Sistema  
1044 Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos/IGAM.** Álvaro Caetano  
1045 Castro, assessor de comunicação do Sisema, informou que está sendo  
1046 trabalhado tecnicamente para que o portal que está no ar seja espelhado para o  
1047 novo Portal dos Comitês, que em breve deverá estar no ar. Devido ao adiantado  
1048 da hora, a apresentação ao Plenário do CERH do novo Portal dos Comitês de  
1049 Bacias Hidrográficas de Minas Gerais foi remetida à próxima reunião. **10)  
1050 RECUPERAÇÃO DE NASCENTES E OUTRAS INTERVENÇÕES NA  
1051 NATUREZA. Apresentação: Federação da Agricultura do Estado de Minas  
1052 Gerais (Faemg).** Guilherme da Silva Oliveira fez apresentação de ações  
1053 realizadas pela Faemg/Senar em relação à proteção e recuperação de nascentes  
1054 no Estado de Minas Gerais, no âmbito do Programa Nosso Ambiente, destacando  
1055 que são aplicadas ações de cunho ambiental e de recursos hídricos. Após a  
1056 apresentação, o conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro perguntou se há algum  
1057 tipo de mapeamento, por região ou município, de áreas passíveis de serem  
1058 recuperadas? Guilherme da Silva Oliveira: “O Senar trabalha sob demanda, mas  
1059 o sistema Faemg, Fiemg e o governo do Estado, antes do acidente de Mariana,  
1060 tinham assinado o Pacto das Águas com a Bacia do Rio Doce, que tinha  
1061 mapeadas áreas prioritárias. Então, a nossa intenção era atuar como piloto na  
1062 bacia do rio Doce, principalmente, nas áreas prioritárias de cada bacia. Depois  
1063 teve o acidente, e parou tudo, e essas ações com o Comitê ficou parada. Mas  
1064 estamos abertos a fazer parcerias com qualquer Comitê e com quem queira fazer  
1065 nesse sentido.” **11) NOVA LOGOMARCA DO IGAM. Apresentação: SEMAD.**  
1066 Álvaro Caetano Castro, assessor de comunicação do Sisema, apresentou ao  
1067 Plenário do CERH a nova logomarca do IGAM, elaborada pela equipe da  
1068 Assessoria de Comunicação e escolhida pelos servidores entre três opções  
1069 apresentadas. **12) ASSUNTOS GERAIS.** Não houve manifestações. **13)**

1070 **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, a presidente  
1071 suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho declarou encerrada a sessão, da  
1072 qual foi lavrada esta ata.

1073

1074

---

**APROVAÇÃO DA ATA**

1075

1076

1077

1078

1079

---

**Maria de Fátima Chagas Dias Coelho**

Diretora Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas e

Presidente suplente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH-MG

## **ANEXOS I, II e III**



Of.05/2017

Belo Horizonte, 15 de Fevereiro de 2017.

Jairo Issac  
Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Presidente do CERH

**Ref.: Deliberação sobre Contingenciamento de Recursos da Cobrança**

Prezado Senhor,

O Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas (FMCBH), colegiado que representa os 36 Comitês de Bacias Hidrográficas de Minas Gerais, reunido na sua 48ª Reunião Ordinária, realizada em Belo Horizonte nos dias 14 e 15 de fevereiro de 2017, demonstrou mais uma vez a profunda preocupação e desalento com o contingenciamento de recursos dos valores da cobrança pelo uso das águas.

Ressaltamos que a cobrança pelo uso das águas é instrumento previsto da legislação sobre gestão de recursos hídricos visando a implementação de ações de revitalização e gestão deste importante recurso natural, mitigando as ações antrópicas que vem poluindo e degradando os rios de Minas Gerais.

Ainda lembrando que em 25 de março de 2015 este governo assinou como todos os comitês de bacia de Minas Gerais um pacto pela gestão das águas no estado e no qual constava claramente o não contingenciamento dos recursos da cobrança.

E para o nosso desencanto todo o valor arrecadado em 2016, referente ao 92,5%, não foram repassados até hoje aos comitês, o que compromete todo o programa de metas já estabelecidas nos planos diretores.

O Fórum Mineiro reforça que este contingenciamento é ilegal pois o recurso da cobrança tem finalidade definida em lei e tem que ser repassado aos comitês, e coloca em dúvida a fé pública do pacto assinado por este governo.

Desta forma Excelentíssimo Senhor Governador, Fernando Da Mata Pimentel, solicitamos que este contingenciamento seja revisto, o repasse seja feito

---

Rua dos Carijós, nº 150 – 10º andar / sala 03 – Bairro Centro – Belo Horizonte/MG – CEP 30120-060  
Telefones: (031) 3222-8350 – cbhvelhas@cbhvelhas.org.br



Of. 08/2017

Belo Horizonte-MG., 15 de fevereiro de 2017

Ref.: Análise e emissão dos documentos de outorga

**Jairo Issac**  
**Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Presidente do CERH**

Excelentíssimo senhor,

O Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas de Minas Gerais, em reunião plenária ocorrida nesta data, discutiu a questão do sistema de outorgas de uso de recursos hídricos no Estado.

É de conhecimento geral que a análise e emissão dos documentos de outorgas está em situação caótica. Não há outra palavra a ser utilizada!

Segundo informações do IGAM, há uma demanda estacionária, um passivo, de mais de 30.000 processos parados, aguardando análise e deliberação. Isto sem contar os processos que diariamente são protocolados e formalizados.

A Outorga é um dos principais instrumentos de gestão de recursos hídricos, senão o principal, já que dele nascem e são viabilizados todos os outros. É através da outorga que se tem a verdadeira gestão. Que se determina a disponibilidade hídrica de cada bacia ou sub-bacia. Enfim, sem um sistema que realmente funcione, não há que se falar em existência de gestão de recursos hídricos.

É fato que a realidade do uso desses recursos, que aguardam a análise de seus processos nos órgãos públicos estaduais, é a de que em sua esmagadora maioria já estão, na prática, em andamento. Não se pode acreditar que uma indústria, ou um produtor rural, está aguardando por quatro ou cinco anos, até mais em alguns casos, para fazer a utilização do recurso hídrico.

Por outro lado, isto estimula, e até obriga, que o usuário parta para a clandestinidade e para a ilegalidade. A ninguém é moralmente aceitável que se exija regularidade se, mesmo apresentando todos os estudos e recolhendo as taxas e emolumentos estatais, não tem uma resposta efetiva e rápida do órgão público.

O que se verifica hoje quanto a este assunto é um desrespeito afrontoso por parte da SEMAD ao artigo 37 da Constituição Federal, que diz:

Rua dos Carijós, 150 – 10º andar - Centro - Belo Horizonte - MG - 30120-060  
 (31) 3222-8350 [cbhvelhas@cbhvelhas.org.br](mailto:cbhvelhas@cbhvelhas.org.br) - [www.cbhvelhas.org.br](http://www.cbhvelhas.org.br)



Of.09/2017

Belo Horizonte, 15 de Fevereiro de 2017.

As Suas Excelências  
 Fernando Damata Pimentel  
 Governador do Estado de Minas Gerais

Ref.: Posicionamento sobre o Decreto 47.147

Senhor Governador,

O Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas (FMCBH), colegiado que representa os 36 Comitês de Bacias Hidrográficas de Minas Gerais, ressalta a preocupação com a publicação do Decreto 47.147, de 27/01/2017, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2017 e dá outras providências. O Decreto prevê cortes em despesas da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) em setores estratégicos para a gestão de recursos hídricos, como o Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO.

Órgão	Valor da Lei 22476/16 LOA 2017	Contingência/CORTE Decreto 47.147/17	%
SEMAD	139.136.883,00	6.259.969,00	4,50%
FEAM	31.319.935,00	16.432.680,00	52,47%
IEF	152.799.446,00	54.590.902,00	35,73%
IGAM	56.199.353,00	2.269.137,00	4,04%
FHIDRO	89.696.116,00	63.472.099,00	70,76%
TOTAL	469.151.733,00	143.024.787,00	30,49%

As ações previstas de serem executadas, em especial com recursos do FHIDRO, poderão comprometer a execução de 10 programas previstos, a saber: 1) Reabilitação de Áreas contaminadas; 2) Bolsa Verde, Ampliação e Conservação da Cobertura Vegetal Nativa; 3) Operação e Manutenção de radares Meteorológicos; 4) Implantação do Mosaico de Áreas Protegidas; 5) Apoio a Gestão de Recursos Hídricos; 6) Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas; 7) Monitoramento da

Rua dos Carijós, nº 150 – 10º andar / sala 03 – Bairro Centro – Belo Horizonte/MG – CEP 30120-060  
 Telefones: (031) 3222-8350 – [cbhvelhas@cbhvelhas.org.br](mailto:cbhvelhas@cbhvelhas.org.br)